

# A CONSTRUÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM: A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE

*Data de aceite: 02/05/2024*

### **Sérgio Nunes de Jesus**

Professor Doutor. Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação ProfEPT (IFRO), campus Cacoal

### **Celso Ferrarezi Junior**

Professor Doutor. Titular de Semântica no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL, Alfenas-MG, Brasil

### **Ana Crhistina de Sousa Damasceno**

Professora Mestre. Coordenadora e professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior de Parnaíba, FAESPA, Parnaíba-PI, Brasil

**RESUMO:** O presente texto apresenta como uma de suas principais funções elucidar a relevância da linguagem como um fator fulcral na construção e na definição dos sentidos expressos no inquérito policial, mais precisamente no detalhamento e na exposição das provas interpretativas. Em tais documentos, se constatarem vinculações e relações de sentido na interface entre linguagem e o respectivo discurso utilizado

seja ele direto, indireto ou indireto livre. Foi utilizada a metodologia baseada na revisão bibliográfica e da análise documental, aparecendo diferentes autores do ramo da linguística e sendo que as ideias de Bakhtin e Volóchinov ganham relevo em nossa análise. A pesquisa detém cunho qualitativo. Ao final, apresentamos a relação entre linguagem discursos e a construção de sentidos, bem como a aplicabilidade dessas análises no âmbito do inquérito policial, destacando que a linguagem sempre nasce a partir de uma relação vivencial entre os entes sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1. Linguagem e Discurso; 2. Boletins de ocorrência; 3. Subjetividade; 4. Círculo de Bakhtin; 5. Filosofia da Linguagem.

## CONSTRUCTION OF THE OCCURENCE REPORT ABOUT THE PERSPECTIVE OF THE PHYLOSOPHY OF THE LANGUAGE: THE QUESTION OF SUBJECTIVITY

**ABSTRACT:** Present text shows have as the main functions to clarify the importance of the language as a central factor on the construction and definition of the expressed senses in the police inquiry, more precisely

on the detailing and exposition of the interpretive evidences. In such documents, are found the links and sense relations in the interface between language and the respective speech use either direct, indirect or free indirect. The methodology based on the bibliography review and documental analysis was used, showing different authors of the branch of the Linguistics, appearing and even being that Bakhtin and Volóchinov's ideas gains relevance in our analysis. The research has qualitative streak. At the end, we present a relation between language, speech and the construction of senses, as well as the applicability of these analyses within of the police investigation, highlighting that the language is ever born from an experienced relationship among the social beings.

**KEYWORDS:** 1. Language and Speech; 2. Occurrence Reports; 3. Subjectivity; 4. Bakhtin's Circle; 5. Philosophy of Language.

## LA CONSTRUCCIÓN DEL BOLETÍN DE OCURRENCIA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA FILOSOFÍA DEL LENGUAJE: LA CUESTIÓN DE LA SUBJETIVIDAD

**RESUMEN:** El presente texto se presenta como una de sus principales funciones dilucidar la relevancia del lenguaje como factor clave en la construcción y definición de los significados expresados en la investigación policial, más precisamente en el desglose y exposición de la prueba interpretativo. En tales documentos, se encuentran vínculos y relaciones de significado en la interfaz entre la lengua y el respectivo discurso utilizado, ya sea directo, indirecto o indirecto libre. Se utilizó una metodología basada en la revisión de la literatura y el análisis de documentos, apareciendo diferentes autores en el campo de la lingüística y ganando protagonismo en nuestro análisis las ideas de Bajtín y Voloshinov. La investigación tiene un carácter cualitativo. Al final, presentamos la relación entre el lenguaje del habla y la construcción de significados, así como la aplicabilidad de estos análisis en el ámbito de la investigación policial, destacando que el lenguaje nace siempre de una relación vivencial entre entidades sociales.

**PALABRAS-CLAVE:** 1. Lengua y Discurso; 2. Informes de incidentes; 3. Subjetividad; 4. Círculo de Bajtín; 5. Filosofía de la lengua.

### PARA INÍCIO DE CONVERSA ...

Em primeira análise, é válido salientar que o estudo das línguas naturais e dos processos de comunicação linguística não se restringe ao sentido à estrutura dessas línguas, como se poderia imaginar aprioristicamente. No campo da Filosofia não-analítica da linguagem, por exemplo, como em Bakhtin e Volóchinov (1997), as línguas naturais são compreendidas para muito além de um valor meramente material ou monocromático: elas detêm sentidos e se materializam na forma de discursos que se diferenciam de sua materialidade estrutural.

O processo de atribuição de sentidos e sua aplicação dentro das relações sociais tem, em processos como a seleção vocabular, a estruturação sintática e a definição de foco narrativo algumas ferramentas de cunho estrutural, mas não se restringe a isso apenas. Nas formulações dos Boletins de Ocorrência, doravante (BO), por exemplo, os quais

retratam, por meio do uso da linguagem, as relações entre os indivíduos, as relações de poder ocorrentes no processo e a aplicação da interpretação do(a) escrivão(ã) no texto mostram que há mais do que a *palavra material* ali. No discurso relatado, por exemplo, o fator subjetividade é fundamental para o entendimento das peças legais, uma vez que, tanto o autor do Boletim (o(a) escrivão(ã)) quanto a pessoa depoente que expõem sua ‘verdade’, ou melhor, o que pretendem ser a veracidade dos fatos, mas apenas o(a) escrivão(ã) a registra. Em outras palavras, apenas a ‘verdade’ e a visão subjetiva dos fatos que é construída pelo(a) escrivão(ã) acabam nos autos processuais (fora da instância inicial da Delegacia de Polícia).

Assim, na relação entre autor (escrivão(ã)) e interlocutor (depoente), num ambiente formalizado em que o primeiro representa a autoridade estatal, há uma *troca de informações, de olhares* e de ‘verdades’ que são interpretadas e registradas por escrito pelo lado oficial da relação social e, por isso, é natural acreditar que a subjetividade do(a) escrivão(ã) acabe por se impor ancorada em sua autoridade estatal.

Isso se dá porque os indivíduos, ao se inserirem na tutela do Estado, esta instituição, a partir de suas próprias normas legais sobre que é ‘certo’ ou ‘errado’, acaba por exercer o monopólio de proferimento da verdade, como objeto de ‘comprovação’ dos fatos. Espera-se que esse proferimento respeite limites éticos e morais, dentro do âmbito jurídico, acatados pela sociedade - sem muita escolha, diga-se de passagem - de maneira que se alcancem decisões baseadas em racionalidade e equidade. Porém, nesse percurso entre a interposição de uma denúncia e a deliberação pela autoridade estatal (a Polícia – Civil, nesse caso), a interpretação dos agentes públicos pode acabar interferindo. Nessa perspectiva, compreende-se que, a subjetividade é um produto inerente ao ser humano e que ela apresenta diversas facetas, mas é justamente nesse campo de disputa de forças (as pretendidamente objetivas e as indesejadamente subjetivas) que os “resultados do processo” podem ser drasticamente alterados e alguma injustiça ser perpetrada.

Com isso tudo em vista, ao longo do presente trabalho, buscar-se-á investigar, especialmente sob o prisma das ideias de Bakhtin e Volóchinov quais elementos interferem nessa relação social e na *construção desse gênero de discurso oficial*. O trabalho desenvolve-se sob o enfoque da linguagem como fato social (para os autores russos) e da questão do sujeito nas relações de troca linguística. Estabelece-se um caráter investigativo da condição subjetiva inerente ao indivíduo, porquanto, a linguagem nasce como um objeto que visa à expressão humana. Dessa forma, além de investigar a questão da subjetividade nas relações humanas, o presente texto ultrapassa o objetivo meramente teórico, ao passo em que visa, também, a uma reflexão de cunho mais prático sobre as peças materiais denominadas B.O.

Para tanto, utilizou-se a prática de pesquisa exploratória, a qual, para Lakatos e Marconi (1996), é uma forma de investigação empírica, cujo objetivo precípua é a formulação de questões ou de um problema, com o fito de desenvolver hipóteses,

umentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno ou modificar e clarificar conceitos. Está, também, relacionada com o significado que as pessoas atribuem às experiências do mundo e com o modo como entendem o mundo em que vivemos (PRODANOV, 2006). Já de acordo com Gil (1991), as pesquisas exploratórias tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador. Ainda segundo Gil (1991), as pesquisas exploratórias mais comuns são os levantamentos bibliográficos e, em algum momento, a maioria das pesquisas científicas passa por uma etapa exploratória, visto que natural que o pesquisador busque familiarizar-se com o fenômeno que pretende estudar.

## O USO DA LINGUAGEM NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A priori, o processo comunicativo é uma das principais atividades cognitivas do ser humano, ocupando grande parte de sua capacidade cerebral e tendo enorme influência na construção da própria cognição. Porém, além desses fatores de ordem biológica, a *comunicação é um ato social*, seja ela representada pela escrita ou pela oralidade. Sobre esse caráter social da comunicação, Bakhtin e Volóchinov (1992) ressaltam que o dialogismo é a essência de toda interação verbal. Para os autores: “[...] pode-se compreender a palavra diálogo num sentido mais amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (p. 123).

Sendo assim, essa é uma das razões para se crer que os fatos linguísticos não se restringem a significações únicas, apresentando múltiplos sentidos. Logo, é essencial que haja uma ênfase no caráter ativo de cada sujeito atuante no ato comunicativo e, não menos importante que isso, nos aspectos relativos à *ação da alteridade na construção de cada indivíduo*, com alterações em seu *ethos* discursivo nas situações reais de interação linguística. Tanto é assim que Bakhtin (2004) tende a recusar tanto um sujeito isento de sua respectiva inserção social, sobreposto ao social, quanto um sujeito plenamente submetido ao ambiente sócio-histórico. Ou seja: nega a existência de ‘um sujeito que seja plenamente fonte de sentido de seu discurso quanto um sujeito plenamente assujeitado ao discurso alheio. Assim é que se tem um meio-termo entre a ação plenamente subjetiva e a influência social sobre o sujeito em cada ato linguístico.

Dessa proposta é de que a concepção de sujeito abrange uma visão do ‘eu’ *para si, eu para o outro e o outro para si*<sup>1</sup> constitui, dessa maneira, a condição de uma formação identitária subjetiva. Mas, por outro lado, também abrange uma função do ‘eu’ para o ‘outro’, na medida que se insere em um plano de identidade social, ou seja, não mais do *sujeito ensimesmado* e, sim, do *sujeito em um plano social*, exercendo uma

---

<sup>1</sup> Esses instituídos em ‘Para uma filosofia do Ato’.

função social e atuando sobre seu *ethos discursivo* para constituir-se como sujeito nessa função, enquanto, participante de uma sociedade (cf. BRAIT, 2005) (grifos meus). Logo, a linguagem desenvolve-se como um produto da interação entre indivíduo e sociedade como fatores que se interligam:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. *Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro.* Através da palavra, defino-me em *relação ao outro*, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros. (BAKHTIN, VOLOCHINOV, 2004<sup>2</sup>, p. 113). (grifos meus)

Em suma, não há nada na composição do sentido que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. Nesse sentido, como os entes que formam uma sociedade estão em constante transformação, cada um, dessa maneira, vai se integrando e formando o sentido do seu próprio 'eu' no conjunto (ou seja: se constituído na relação com o outro). Logo, não há imutabilidade nessa relação entre sociedade e indivíduo. Em vista disso, é por esse motivo que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar, enfim, sob a forma de um novo sentido com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias (cf. BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 1992).

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, Bakhtin/Volóchinov (2004, p. 144-5) afirma que: o discurso de outrem se desenvolve mais do que apenas sobre o tema, uma vez que este entra na construção sintática do discurso e é tido como uma unidade integral dessa construção. Acrescenta-se, dessa maneira, que o discurso citado pode ser visto como conservando autonomia estrutural e semântica sem alterar a trama da linguagem do contexto que o integrou. Dessa maneira, “a enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, [...]”. O autor ainda salienta que no discurso citado há relações dinâmicas e tensas determinadas pelo fim específico da citação. Logo, afirma que: “toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica etc.” (BAKHTIN, 2004, p. 146).

É nesse contexto, que a visão de Bakhtin/Volóchinov se volta e se desenvolve na direção de elucidar as particularidades da linguagem a partir de um enfoque dialógico.

Em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1997[1929]), ao explicar que o seu objeto de estudo é o 'discurso', Bakhtin o define como “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística” (p. 181). Mostra, assim, que o interesse da sua teoria é por análises efetuadas a partir de relações dialógicas, no plano do discurso, e não por análises linguísticas estruturais, no 'sentido rigoroso do termo', no plano da língua, como parece ter sido a tendência da Filosofia da Linguagem russa à época. Ele

---

<sup>2</sup> É importante salientar que a referida obra antecede a versão revista e atualizada de 2017.

propõe, então, uma nova disciplina - a metalinguística - como um estudo dos aspectos da vida do discurso que ultrapassam os limites da linguística estruturalista. No entanto, deixa claro que as análises linguísticas não podem ser ignoradas e seus resultados devem ser aplicados pelas pesquisas metalinguísticas.

Em síntese, na Filosofia da Linguagem russa do início do século XX, o dialogismo é a condição precípua do discurso e, em relação a ele, cabe uma distinção, a saber: *diálogo entre interlocutores e diálogo entre discursos*. No primeiro caso, há o princípio fundador da linguagem, o qual consiste na produção dos sentidos à medida em que a produção e a interpretação dos textos acontecem entre os sujeitos da interação. Assim sendo, a intersubjetividade é anterior à subjetividade e resulta da pluralidade das muitas vozes sociais recebidas e reelaboradas pelo indivíduo, uma vez que, “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 1992, p. 46). Contudo, cada um dos sujeitos ocupa um espaço e um tempo determinados e, como entes que constituem uma sociedade, assumem uma participação e uma responsabilidade pelas atividades exercidas, as quais se dão na fronteira entre o eu e outrem.

Segundo a observação de Bakhtin (1992), em *Os Gêneros do Discurso*,

[...] o objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. Nessa análise, o objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, em vista disso, é o âmago, em que se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico (...) (BAKHTIN, 1992, p. 319).

Bakhtin (1992), por sua vez, afirma que, nenhum discurso é originalmente puro, uma vez que, como todo objeto presente na sociedade, em sua formação estão em jogo a interpretação e os elementos culturais e pessoais, como crenças, valores, ideologias, intenções, a visão de mundo de cada um etc. Logo, nesse produto de interação, não há completa sobreposição de um interlocutor sobre a relação hierárquica, já que os sujeitos se instauram a partir de uma atitude responsiva ativa. É dessa maneira que, como adiantamos, a intersubjetividade antecede a construção da subjetividade, visto que a constituição de sujeitos dialógicos é inerente à natureza humana, ou seja, um ser humano se liga a um outro sujeito e, em certa medida, o espelha ou o refrata de forma ativa.

Bakhtin/Volóchinov (1992), por sua vez, também desenvolve, dessa maneira, o conceito de “índice de valor social”, o qual afeta não somente a escolha das temáticas, mas, sobretudo, o fator da prática exercida pelos atores em suas manifestações simbólicas. Dessa maneira, “não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes, senão aquilo que adquiriu um valor social” (*Idem*, p. 26). Vislumbrar-se-á, desse modo, uma integração entre consciência individual e relações sociais, sendo o sujeito individual agente ativo influenciado e influenciador diante essas manifestações.

Ao passo que a interioridade não é considerada de forma puramente subjetiva, a exterioridade é objetivamente reconhecida, todavia, sempre como uma construção social. Em vista disso, tanto os sujeitos quanto as respectivas representações sociais somente terão condição de assumir uma ação ideológica à medida em que apresentem valor social dado pela *interindividualidade* e não com base meramente na consciência individual.

Posto isso, diante dessa concepção do processo de dialogismo nas relações sociais, fica mais fácil compreender a relação estabelecida entre linguagem e sujeitos em um ato comunicativo. A significação não está na palavra esta que em MFL é criticado sobre a abordagem Saussuriana, pois para Bakhtin/Volóchinov a ‘palavra’ tem significação potencial e terá ‘tantos sentidos’ quantos contextos em que se insere. Nessa perspectiva, a Análise do Discurso Francesa (AD), para os russos, no processo de interação que pressupõe a retomada do ‘já dito’, é conhecimento partilhado para as duas teorias: dialógica e análise do discurso francesa.

Portanto, *todo enunciado é um elo na corrente de outros enunciados, o que torna a linguagem aberta a novas enunciações capazes de construir novas significações.*

Em função disso, a concepção de linguagem a partir de um enfoque dialógico, configura-se como uma recusa a qualquer forma fechada de tratar as questões da significação linguística, uma vez que, sendo o dialogismo um fator constitutivo e estruturante, a “interação” com o outro é um pressuposto. Logo, considerar e aferir a linguagem como manifestante de discursos é, sobretudo, reconhecer a sua “dialogicidade interna”, já que não é a forma composicional externa que vai determinar o teor dialógico (BAKHTIN, 1998, p. 92).

Pode-se perceber, portanto, que a *Filosofia da Linguagem* russa do início do século XX é a precursora de uma visão *enunciativo-discursiva* que considera e estabelece a linguagem como atividade que se institui em um processo concreto em que o signo se instaura ideológica e dialogicamente. Logo, não há, dessa forma, qualquer movimento de apropriação de signos linguísticos em um sistema fechado, haja vista que, o signo somente existe em circulação. Assim, vemos que, em um dicionário idiomático, há apenas virtualidades, potencialidades que, em uso, serão dialogadas e ideologizadas.

Por conseguinte, a linguagem detém vida apenas enquanto inserida em um espaço enunciativo-discursivo. Todas as manifestações que tenham a participação do homem constituem-se como *linguagem, enunciado* ou *texto*. Dessa forma, sua posição é clara em (BAKHTIN, 1992), já que todo ‘texto’ detém sujeito, é enunciado, e intersecciona o verbal e o extraverbal (cujos sentidos estão nos componentes verbal e não verbal).

A enunciação, portanto, é um processo que interpela falante e ouvinte, organiza-se no meio social que envolve o indivíduo e nas relações dialógicas que, entre os indivíduos, se instauram. Todavia, há uma parte mais estável que se dissocia de outra mais instável, dessa forma, deve ser observada na constituição da interação: a significação e o tema (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 1997). Ao passo que a significação se configura como uma dimensão mais

estável, representada pela materialidade linguística da produção enunciativa, o tema se configura e se caracteriza como uma dimensão mais variável, como a própria enunciação e, assim, é único e não-reiterável. Portanto, o tema compõe-se por aspectos verbais e não-verbais.

Além disso, a constituição em texto é uma condição para que haja um objeto de estudo e de pensamento. Nesse sentido, apesar de a linguagem não se limitar ao verbal nas noções desenvolvidas pelo chamado círculo bakhtiniano, é dada relevância à palavra como fenômeno ideológico por excelência, isto é, está sempre orientada socialmente para um interlocutor real ou virtual. Essa observação é ressaltada em Bakhtin/Volóchinov (1997) quando considera a palavra como o modo mais puro e sensível das transformações sociais.

Nessa perspectiva, a palavra intersecciona o verbal e o não-verbal e se constitui como enunciado, pois recebe acento de valor. Logo, se, de um lado, a palavra vive sob o signo da alteridade ao ser inscrita de forma interpretativa, de outro, toda manifestação humana, ao possuir acento avaliativo, também se inscreve como enunciado, como linguagem. Portanto, pode-se compreender que a significação e o tema coexistem, interdependentemente na enunciação, em cujo espaço se desenvolvem valores diversos já que a significação na enunciação se constitui indissociavelmente do seu tema.

Entretanto, embora o tema dependa da significação e vice-versa, como um não é um simples reflexo do outro, as “mesmas palavras” significam diferentemente, ou seja, elas ganham vida a partir de apreciações sociais valorativas criadas no processo enunciativo, que apontam para diferentes aspectos históricos, nem sempre sinalizados linguisticamente, mas convocados na enunciação e correspondentes a cada um dos sujeitos participantes.

Por conseguinte, destaca o pensador russo que “as relações dialógicas são absolutamente impossíveis sem relação lógica e concreto-semântica, mas são irredutíveis a estas e têm especificidade própria” (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 1997, p. 184). Posto isso, esclarece que o estudo da língua como relação lógica urge de abordagem enunciativa e que o estudo do discurso a partir das relações dialógicas é irredutível à logicidade.

A existência de uma língua única ou padronizada, por exemplo, não seria possível a não ser a partir de intervenção cultural opressiva, haja vista que há um grande pluralismo cultural nas nações, ou seja, díspares culturas utilizam-se de uma mesma forma linguística. Pode-se imaginar, portanto, que forças sociais centrípetas unificadoras poderiam atuar para erradicar a diversidade, suprimir ou marginalizar outras forças culturais e linguísticas centrífugas, que, por sua vez, entram em confronto com as primeiras. Foi o que aconteceu, por exemplo, nos processos de colonização europeia de povos, nos séculos XIV a XVI, que resultaram, segundo se estima, na redução das então 13 mil línguas humanas existentes para as atuais 6.500-6.800 (dependendo dos critérios classificatórios).

Porém, as forças centrífugas desencadeiam o que se chamou de *heterodiscurso*, fomentando a ideia de que mesmo a cultura ou a língua mais unificada e padronizada é perpassada pela alteridade e pela relatividade histórica. O conceito de heteroglossia



apreende o movimento contínuo da língua, recusando a hegemonia e o processo de centralização e padronização de uma única linguagem, haja vista que há sempre uma relatividade presente entre a mente e o objeto. Bakhtin ressalta, dessa forma, que:

Em essência, para a consciência individual, a linguagem enquanto concreção socioideológica viva e enquanto opinião plurilíngue, coloca-se nos limites de seu território e nos limites do território de outrem. A palavra da língua é uma palavra semialheia. Ela só se torna “própria” quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com a sua orientação semântica e expressiva (BAKHTIN, 1998, p. 100). (grifo do autor)

Posto isso, assumimos que, a linguagem possui e forma relevância apenas quando é exercida pelo indivíduo em um ato dialógico, ou seja, quando a palavra é povoada pelo caráter subjetivo e pelas intenções e peculiaridades do discurso social. É aí que ela se completa com significações de vários sujeitos e suas díspares visões, se tematiza socialmente e se torna viável como objeto comunicativo que ‘produz’ algo no que tange a linguagem.

## **ANÁLISE DA LINGUAGEM NO CONTEXTO DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA (BO)**

Em qualquer contexto de uso, a linguagem é um objeto analisável. E, como todo objeto de pesquisa, sua análise pode ser realizada a partir de diferentes prismas teóricos ou mesmo pontos de enfoque sistêmico. Aqui, como estamos tratando de discursos e sua relação com a subjetividade, enfocaremos de que maneira a subjetividade do(a) escrivão(ã) de polícia (ou do policial ostensivo) ao lavrar um B.O. pode interferir no resultado final de registro do discurso proferido pelo depoente e de que maneira isso pode interferir no arcabouço informativo de um processo. Logo, é cabível a atenção sobre o discurso desses dois entes, os quais compõe essa relação de *relato*, *registro ‘traduzido’* e *inserção processual*. Posto isso, se destaca que:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. *Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros. (BAKHTIN, 2004, p. 113). (grifos meus)

o que nos assegura que, no processo de troca de informações entre o depoente e o(a) escrivão(ã), há de se considerar que, sob um contexto de inquérito policial podem ocorrer registros mais ou menos do discurso proferido pelo depoente, uma vez que o(a) escrivão(ã) ‘traduz’ a fala do depoente na forma de registro escrito de fala.

Em um inquérito policial, devem ser consideradas, mormente, as provas de cunho material (como fotografias, documentos, elementos colhidos no local do crime etc.) e as provas de cunho subjetivo que se constituem e adquirem formato pelos chamados B.O.

A premissas de construção (materialização) de um B.O. é que haja sentido absoluto no registro do discurso falado por aqueles que presenciaram a cena, pelo autor e/ou pela vítima do pretense crime *denunciado/reportado*. Seja como e por quem for, já em princípio é natural conceber que essas “provas” se constituem como discursos e, assim, trazem em si uma forte carga de interpretação do fato, de acolhimento de uma versão acreditada e de subjetividade inerente aos afetos que essas situações provocam. Não se trata apenas de a linguagem comporta-se em seu sentido ‘principiológico’ como uma troca de informações entre os entes sociais, mas de que essa linguagem, em especial, é uma ‘repintura’ de um fato de alto nível de tensão ocorrido e no qual, de alguma maneira, o depoente toma parte. Então, já não se poderia falar de total isenção descritiva por parte do depoente.

Por outro lado, a autoridade estatal que registra esse depoimento já pouco isento em sua origem não o faz por gravação sonora ou por filmagem, mas o faz no formato de registro escrito não taquigráfico, mas selecionando informações que julga e constituem aspectos relevantes do fato ocorrido e as registrando por meio de discurso direto ou indireto (mais raros) ou por meio de discurso indireto-livre (estatisticamente mais comum).

A construção de um *discurso paralelo ao discurso proferido* pelo denunciante se configura como um ‘re-selecionar de palavras e de estruturas sintáticas’ que podem alterar o sentido geral do proferimento ou de aspectos focais de seu conteúdo, porque é bastante comum que o(a) *escrivão(ã)* se valha de uma mistura de vozes do que relata e do que registra o relato. Nesse âmbito de troca de vozes, fatores como ambiente, visão de mundo, situação comunicativa (mais ou menos tensa, por exemplo), informações adicionais de cada parte e aceitação do discurso alheio relacionam-se intrinsecamente. Pensemos em duas situações concretas que ilustram esses aspectos acima expostos:

**Situação 1:** Uma mulher pobre, moradora de favela, que denuncia agressão por parte do companheiro/cônjuge:

**A depoente diz:** *“Ele me pegou pelos cabelos e me jogou contra a parede. Eu bati a cara na parede e me machuquei.”*

**O(A) *escrivão(ã)* registra no B.O.:** *“Alega a depoente que o seu amásio teria pegado ela pelos cabelos e que teria empurrado a cara dela contra a parede do seu barraco, causando ferimentos.”*

Observe-se que, a tradução realizada é imprópria em vários sentidos:

1. “*alega a depoente que*”, “*teria*” - pode ser interpretado como falsa acusação; dá a impressão de que se trata de mera alegação e não de fato. Da mesma forma, a opção do verbo pelo tempo condicional atribui um valor semântico de “dúvida” à tradução do discurso proferido. Além disso, a escolha pela sintaxe “*alega a depoente*” ao invés de “*a depoente alega*”, altera o foco do discurso da depoente para a o fato de que o que ela diz pode ser mera “alegação”, um não-fato;

2. “seu amásio” - embora seja um termo corriqueiro nos ambientes policiais, dizer que o companheiro/cônjuge é “amásio” tem conotação pejorativa no relacionamento conjugal da depoente e pode causar inferência de que, por si, ela não é muito digna de confiança;
3. “do seu barraco” - embora não tenha sido dito que a parede é de um barraco ou de uma mansão, informações extradiscursivas que o(a) escrivão(ã) possui aparecem não registro de maneira que se introduz mais um elemento pejorativo em relação à denunciante, que, além de viver “amasiada”, mora em um “barraco”. É evidente que essa seleção lexical induz a estigmas e preconceitos sociais que depõem contra a denunciante;
4. “causando ferimentos” - a depoente não disse que ferimentos externos foram causados. Ao não ver ferimentos externos e, ao dizer que, era uma “alegação” contra seu “amásio”, o(a) escrivão(ã) pode induzir a um julgamento incorreto do fato, por exemplo, se o exame de corpo de delito não evidenciar a presença de ferimentos externos na face da depoente.

Como se vê, em apenas uma frase, o discurso da depoente foi alterado em conteúdo e em valor social. Juntamente com outros documentos do inquérito policial, essas escolhas (que não afirmamos serem conscientes), podem interferir gravemente no resultado do relatório de investigação.

**Situação 2:** Uma mulher pobre, moradora de favela, que denuncia agressão por parte do companheiro/cônjuge.

**A depoente diz:** *“Ele me pegou pelos cabelos e me jogou contra a parede. Eu bati a cara na parede e me machuquei.”*

**O(A) escrivão(a) registra no B.O.:** *“A vítima afirma que seu esposo a pegou violentamente pelos cabelos e a arremessou contra a parede da casa, sendo que a vítima bateu seu rosto na parede da casa com força e isso causou machucados internos.”*

Observe-se que, a tradução realizada é igualmente imprópria em vários sentidos:

1. “a vítima”, “afirma” - ao rotular a depoente como vítima, se toma como certo que a agressão ocorreu e que a denunciante foi realmente “vitimada”. A opção pela sintaxe “a vítima afirma”, mantém o foco discursivo sobre a vítima e a opção do verbo “afirma”, por sua vez, dá a impressão de confiança e credibilidade ao relato;
2. “violentamente”, “arremessou” e “com força” - a presença de todos esses elementos lexicais remete a uma ação intensificada. Embora a agressão, tenha implicado violência, aqui se toma partido da depoente e se agrava o ato de violência ao acrescentar elementos discursivos de intensidade na tradução ao discurso proferido;
3. “esposo”, “casa” - nesta tradução, as palavras “esposo” e “casa” são mais socialmente respeitadas, dão à vítima mais “confiabilidade”, pois se “pinta um quadro” de mais estabilidade conjugal e financeira em relação a ela (ao contrário de “amásio” e “barraco”). Ou seja, a construção do *ethos* discursivo do depoente por outrem pode acabar alterando a visão que se apresenta da pessoa depoente no relatório do inquérito policial.

4. “machucados internos” - para acreditar o discurso da depoente e não vendo machucados externos em seu rosto, a tradução opta por “machucados internos” como forma de configurar uma concordância com um possível exame de corpo de delito em que não fossem atestados ferimentos na face da depoente. Mais uma vez, uma interferência *extradiscursiva* aparece na tradução do discurso proferido para sua forma de B.O.

Como se pode ver, os dois registros realizados parecem, a um observador desatento, ao discurso proferido. Mas, não o são e podem interferir no resultado final do relatório de inquérito, induzindo a injustiças no resultado judiciário, uma vez que, não são isentos em relação ao discurso inicial, mesmo que essa falta de isenção não transcorra de ato volitivo por parte do(a) escrivão(ã).

Vale mencionar, portanto, que, sob a ótica da *Filosofia da Linguagem* que aqui utilizamos, o processo de análise do discurso indireto pode contemplar duas “repartições”: a primeira, retrata a análise do conteúdo discursivo, que mantém distância entre a *voz citante* e a *voz citada* e se foca mais propriamente no que é assertivo. A segunda, por sua vez, representa a análise da expressão linguística em si e, portanto, visa à construção, às palavras e às maneiras de dizer do discurso de outrem, de forma que o caráter subjetivo de quem o reconstrói acaba ficando visível.

Assim, deve-se compreender que, *cumprir analisar e identificar a marcação e a presença dos discursos dos sujeitos presentes nos B.O.* Nesse sentido, poder-se-á inferir que, a linguagem ali presente não se restringe somente à uma escrita, mas abre portas para os mais variados discursos e interpretações. As palavras do outro introduzidas em nossa fala ou por ela ‘traduzidas’, são sempre revestidas de algo novo, ou seja, da compreensão e da avaliação individual de quem reporta.

No sentido acima especificado, isso ganha especial relevância quando pensamos no objetivo do B.O. Afinal, seu texto pode fortalecer algumas convicções, sejam elas morais ou sociais, de maneira a dar protagonismo a certas vozes em detrimento de outras, refletindo, por exemplo, intenções inconfessadas e mesmo visões de mundo inconscientes, as quais podem ser estranhas e hostis ao conteúdo relatado no depoimento.

Como dizem Bakhtin e Volóchinov (1997, p. 41), “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Além disso, salientam que “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (*Idem*).

Para os autores, é por meio do discurso que se revelam as dicotomias nas relações sociais, as quais renovam continuamente a [...] “síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior” (p. 66).

Portanto, a linguagem a partir da abordagem dialógica não pode ser estudada fora da sociedade nem do ambiente discursivo em que ocorre, uma vez que - o enunciado, como unidade concreta da interação verbal, tem estabilidade provisória e traz, em sua

constituição, características de cada situação de enunciação em que é produzido e circula. Além disso, configura-se como um elo numa cadeia complexa de outros enunciados, ou seja, está *repleto de ecos de outros enunciados*, respondendo a algo e antecipando um discurso-resposta não-dito, mas solicitado no direcionamento a um interlocutor (real ou virtual). O enunciado é, por conseguinte, signo ideológico, dialógico, único, irrepetível e instaura-se diferentemente em cada interação. E é evidente que essa relação insere os B.O. no campo da análise discursiva, uma vez que, *se constituem como interação comunicativa real intersubjetiva*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como algo 'vivo' no campo das interações sociais, a linguagem detém, em seu caráter mais básico, um fator inerente à relação dialógica entre indivíduos. Nesse sentido, a linguagem se desenvolve de formas complexas e diferentes em cada situação discursiva.

A luz da *Filosofia da Linguagem* russa do início do século XX, especialmente aquela vinculada ao chamado Círculo de Bakhtin, pudemos exemplificar esse processo de troca e aplicabilidade de discursos no campo da produção dos B.O.

Embora salientemos que a linguagem é relacionada intrinsecamente a fatores históricos e socioculturais, observa-se que não é adequado sustentar um ideal de padronização e hegemonia da linguagem como elemento meramente descritivo e informativo, mas que é importante considerar aspectos subjetivos e intersubjetivos nos atos de comunicação.

Com base nisso e nas situações analisadas, podemos considerar que, os B.O., embora sejam documentos oficiais de cunho estatal, se caracterizam como uma materialização do discurso do(a) escritor(a) como forma de tradução do discurso do(a) depoente, e que comporta, em sua respectiva composição, marcas de subjetividades e, conseqüentemente, materialidades que revelam valoração, visão de mundo e interpretação por parte do ente que o elabora e registra.

Nesse sentido, a questão do sujeito, como apresentada na Filosofia da Linguagem que aqui se utilizou, não é algo de menor valor na elaboração de documentos oficiais (entre eles o B.O.). Na relação entre os entes do diálogo, a interferência das subjetividades merece relevância, uma vez que, define em elevado grau a participação dos sujeitos no resultado discursivo final materializado, interferindo, mais adiante, nos resultados de possíveis ações judiciais, de outras decisões legais ou mesmo na simples forma de construir a imagem cidadã dos sujeitos envolvidos no processo, o que, por si só, já não é pouco.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (VOLÓCHINOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, Mikhail (VOLÓCHINOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 8. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 8. ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini, et al. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1998.

BAKHTIN, Mikhail (VOLÓCHINOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRAIT, Beth. (Org.) *Bakhtin: conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano. *Manual de metodologia científica*. 3. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2006.